

Concurso Público para provimento de cargos de
Assistente de Trânsito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Um esforço comum é necessário à construção de ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

Percursos

Não há dúvida de que uma linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos. Mas ninguém pode afirmar que seja também o melhor, o mais indicado, o mais proveitoso, por ser mais alegre, mais bonito ou mais surpreendente. Quem caminha pelas cidades sabe que há trajetos e trajetos: uns para a pressa, outros para animar o espírito. Numa época em que a velocidade se tornou uma espécie de paradigma geral, vale a pena experimentar alternativas para o nosso modo de atravessar os espaços e o tempo.

Imagino quantos motoristas presos num congestionamento não sonharão em abandonar o carro, ou quantos passageiros em deixar o ônibus, e sair à toa e a pé em busca de novos caminhos, desistindo de se submeter à ditadura do relógio e dos compromissos. Se ninguém faz isso, o desejo de libertação existe para todos. As grandes cidades, em vez de oferecerem espaços de circulação ou acolhimento, impõem-nos caminhos intransitáveis, paralisantes. Nosso estilo de vida levou-nos aos impasses urbanos que impositivamente configuram nossa rotina.

Dizia o poeta espanhol António Machado que o caminho se faz caminhando, que os caminhantes é que traçam e qualificam seu destino. Essa convicção deveria inspirar não apenas os responsáveis diretos pelo uso mais desfrutável do espaço urbano, mas todos aqueles que sentem seu compromisso com os rumos e o andamento da civilização.

(Hermínio Toledo, inédito)

1. Representa-se uma forte **contradição** da vida moderna entre as seguintes afirmações do texto:
 - (A) *uma linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos / ninguém pode afirmar que seja também o melhor* (1º parágrafo)
 - (B) *Quem caminha pelas cidades sabe que há trajetos e trajetos / vale a pena experimentar alternativas* (1º parágrafo)
 - (C) *a velocidade se tornou uma espécie de paradigma geral* (1º parágrafo) / *motoristas presos num congestionamento* (2º parágrafo)
 - (D) *Nosso estilo de vida levou-nos aos impasses urbanos / que impositivamente configuram nossa rotina* (2º parágrafo)
 - (E) *o desejo de libertação existe para todos* (2º parágrafo) / *os caminhantes é que traçam e qualificam seu destino* (3º parágrafo)

2. O autor do texto parece referendar a afirmação atribuída ao poeta espanhol António Machado, pois ambos
 - (A) repudiam os caminhos que configuram autoritariamente o espaço de nossa circulação pelo mundo.
 - (B) desconsideram a alternativa imaginária de um caminho mais prazeroso do que o traçado de uma linha reta.
 - (C) se deixam atrair pela possibilidade de atravessar os espaços e o tempo de modo a configurar uma rotina.
 - (D) consideram que é possível conciliar a rota dos caminhos impostos com aquela que anima o nosso espírito.
 - (E) acreditam que os congestionamentos induzem-nos a esquecer a ditadura dos relógios e dos compromissos.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *uma espécie de paradigma geral* (1º parágrafo) = um tipo de princípio irreduzível.
 - (B) *experimentar alternativas* (1º parágrafo) = habilitar revezamentos.
 - (C) *desistindo de se submeter* (2º parágrafo) = renunciando a prevalecer.
 - (D) *impositivamente configuram* (2º parágrafo) = articulam de modo positivo.
 - (E) *uso mais desfrutável* (3º parágrafo) = utilização mais aprazível.



4. A expressão *uns para a pressa, outros para animar o espírito* refere-se aos trajetos que
- (A) constituem, complementando-se e ligando-se entre si, as vias de maior movimento nas grandes cidades.
 - (B) ilustram, respectivamente, o traçado mais urgente de *uma linha reta* e aquele que se cumpre de modo *mais proveitoso*.
 - (C) dizem respeito, na ordem dada, aos cidadãos mais responsáveis e àqueles que se distraem de suas obrigações.
 - (D) especificam os dois tipos de planejamento viário que usualmente são aplicados nos grandes centros urbanos.
 - (E) esclarecem, em ambos os casos, o que no texto se conceitua como *ditadura do relógio e impasses urbanos*.
-
5. É clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Tem motoristas que quando presos no trânsito congestionado chegam a sonhar em abandonar o carro, deixando-lhe no meio da pista e prosseguindo à pé.
 - (B) Acaba sendo um mal hábito as pessoas se acostumarem a pegarem o carro para irem a qualquer lugar, inclusive àqueles que lhe são bem próximos.
 - (C) Já é um lugar comum, dizer que a linha reta é o caminho mais próximo por que as pessoas parece não levar em conta de que outros podem ser mais desfrutáveis.
 - (D) O poeta referido no texto lembra-nos, num poema seu, que somos todos responsáveis pelos caminhos que devemos abrir e passar a percorrer.
 - (E) Tornando-se uma espécie de paradigma universal, a moderna velocidade nos impregna de urgências de cuja falta de sentido nem a todos costumam ocorrer.
-
6. Ao ser flexionada uma forma verbal na **voz passiva**, respeitou-se plenamente a concordância com seu sujeito na frase:
- (A) Não são oferecidas a um motorista preso no trânsito algumas alternativas viáveis, ainda que muito menos rápidas.
 - (B) Caminhadas sem pressa oferecem-nos momentos e espaços de revelação, mesmo em lugares há muito familiares.
 - (C) É bastante famosa a bela passagem dos versos a que se aludiram, do grande poeta Antônio Machado.
 - (D) Por que não tomar os mais alegres ou surpreendentes, entre todos os caminhos de nossas idas ou regressos?
 - (E) Sempre nos surpreenderão, em nossos longos deslocamentos pela cidade, o tempo gasto em meio aos congestionamentos.
-
7. A flexão das formas verbais e a articulação entre seus tempos e modos estão plenamente adequadas na frase:
- (A) Quem caminhasse pelas grandes cidades virá a constatar que elas contessem muitas surpresas.
 - (B) Numa época em que a velocidade se impuser de forma ainda mais drástica, valerá a pena buscar alternativas.
 - (C) Se ninguém vir a buscar caminhos alternativos, nenhuma possibilidade real de libertação seria explorada.
 - (D) Nosso estilo de vida levará-nos a impasses urbanos que dificilmente encontrariam alguma forma de solução.
 - (E) A convicção do poeta acena para a criação nossa de caminhos próprios, da qual advise um novo prazer de viver.
-
8. *Essa convicção deveria inspirar não apenas os responsáveis diretos pelo uso mais desfrutável do espaço urbano, mas todos aqueles que sentem seu compromisso com os rumos e o andamento da civilização.*
- Caso se dê uma outra correta e coerente redação à frase acima, iniciando-se por **Todos aqueles que sentem seu compromisso com os rumos e andamentos da civilização**, deverá seguir-se:
- (A) *deveriam inspirar essa convicção, além dos responsáveis diretos pelo uso mais desfrutável do espaço urbano.*
 - (B) *deveriam inspirar-se não apenas nos responsáveis diretos pelo uso mais desfrutável do espaço urbano com essa convicção.*
 - (C) *deveriam ser inspirados por essa convicção, e não apenas os responsáveis diretos pelo uso mais desfrutável do espaço urbano.*
 - (D) *e não apenas os responsáveis pelo uso mais desfrutável do espaço urbano, inspirariam-se nessa convicção.*
 - (E) *e não apenas os responsáveis diretos pelo uso mais desfrutável do espaço urbano inspirariam essa devida convicção.*



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 12.

[Viagem sem volta]

Uma das nossas contradições fundamentais é a gente desejar viver na cidade grande e levar no inconsciente a intenção de criar em torno de nós a aldeia natal. Sabemos que a tranquilidade e a solidariedade da vila são imprescindíveis à respiração normal do psiquismo; mesmo assim, no dia de cumprir nosso destino enfiamos as roupas melhorzinhas e partimos para a cidade, onde as aflições são certas, mas podem vir misturadas com um novo prazer, com uma alegria inédita.

Movidos por essa sensualidade das experiências novas e desafiadoras é que trocamos a paz preguiçosa e angelical da nossa província pelo festival demoníaco da metrópole. Pensará o jovem: "a terra de meu pai está cansada para as batatas..." E é assim que tantos partem para os grandes centros, agravando a poluição humana e deixando preocupado o ministro da Agricultura.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **O mais estranho dos países**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 104)

9. O tema do texto prende-se a relações de contraste, tal como a que se representa, por exemplo, entre os segmentos
- (A) *viver na cidade grande / onde as aflições são certas* (1º parágrafo)
 - (B) *levar no inconsciente / criar em torno de nós a aldeia natal* (1º parágrafo)
 - (C) *cumprir nosso destino / partimos para a cidade* (1º parágrafo)
 - (D) *sensualidade das experiências novas / partem para os grandes centros* (2º parágrafo)
 - (E) *a paz preguiçosa / festival demoníaco da metrópole* (2º parágrafo)
-
10. Ao se considerar que muitos partem para a experiência de *uma alegria inédita*, enfatiza-se a circunstância de que
- (A) a vida na metrópole não deixa de ser, de qualquer modo, um prolongamento da *paz preguiçosa e angelical* da província.
 - (B) o *festival demoníaco* que identifica o modo de vida na metrópole impede o desfrute de algum novo prazer.
 - (C) o prazer do novo acabará por eliminar de vez a suspeita de que nos grandes centros *as aflições são certas*.
 - (D) tal descoberta ocorre em meio a experiências outras, como a da *poluição humana* proporcionada pelos grandes centros.
 - (E) essa busca ilusória acarretará, entre outras consequências, prejuízos para a qualidade de vida nas pequenas cidades.
-
11. É correto considerar que no segmento
- (A) *levar no inconsciente a intenção*, o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que o elemento sublinhado em *Movidos por essa sensualidade*.
 - (B) *enfiamos as roupas melhorzinhas*, o termo sublinhado está empregado de modo irônico, com o sentido contrário, portanto.
 - (C) *onde as aflições são certas*, o termo sublinhado pode ser corretamente substituído por **aonde**.
 - (D) *são imprescindíveis à respiração normal*, uma alteração adequada, mediante o uso de um pronome, ocorrerá com **lhe são imprescindíveis**.
 - (E) *trocamos a paz preguiçosa (...) pelo festival*, uma redação substitutiva do segmento sublinhado deverá ser **trocamos-lhe**.
-
12. Observam-se plenamente a **correta ortografia** e a **adequada pontuação** na redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) O autor da crônica não deixa de ajuizar, é certo, os prejuízos eventualmente causados pelo êxodo dos jovens, que comumente aspiram a viver nos grandes centros.
 - (B) O cronista parece acreditar que os jovens se ezasperam, frequentemente, com a monotonia que se institue no cotidiano das suas pacatas aldeias.
 - (C) A agricultura é um dos segmentos econômicos que se dão mau pelo fato de prevalescer, entre os jovens, a necessidade de assessar os grandes centros.
 - (D) Em vez de se aceitarem como meros expectadores da vida que passa, muitos jovens embuem-se, de uma obrigação radical, e partem para a metrópole.
 - (E) A monotonia destitue a vida do grande encantamento que há naquilo que ao nos surpreender, traz consigo o prazer insubstituível das experiências reveladoras.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

13. Quando um motorista é multado no Brasil, ele recebe uma pontuação de acordo com a gravidade da infração cometida. Se o motorista atinge 20 ou mais pontos em um período de um ano, então sua habilitação é suspensa. A tabela abaixo mostra a quantidade de pontos correspondente a cada tipo de infração.

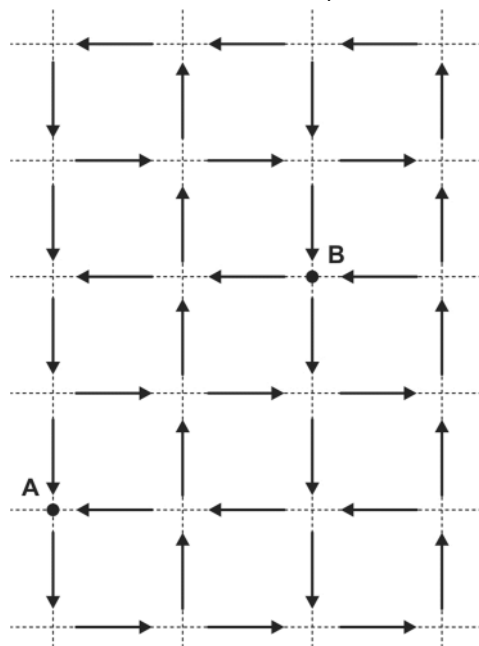
Gravidade da infração	Pontos
Gravíssima	7
Grave	5
Média	4
Leve	3

Um motorista recebeu 6 multas em um período inferior a um ano e, mesmo assim, não teve sua habilitação suspensa. Em relação à gravidade das infrações cometidas por esse motorista, é correto concluir que

- (A) necessariamente todas elas foram leves.
(B) uma delas pode ter sido média, mas não mais do que uma.
(C) duas delas podem ter sido médias, mas não mais do que duas.
(D) uma delas pode ter sido grave, mas não mais do que uma.
(E) duas delas podem ter sido graves, mas não mais do que duas.
-
14. Um trecho de uma rodovia, do quilômetro 75 ao quilômetro 141, terá o asfalto renovado. Por isso, deverão ser fixadas placas de sinalização informando os motoristas sobre as obras. Será colocada uma placa no início e outra no final do trecho. As demais serão posicionadas de forma que a distância entre duas placas consecutivas seja sempre de 3 quilômetros. Nessas condições, o número total de placas de sinalização que deverão ser encomendadas pelo órgão competente é igual a
- (A) 21.
(B) 20.
(C) 22.
(D) 24.
(E) 23.
-
15. Os assistentes de trânsito de um município foram divididos em três grupos (**A**, **B** e **C**) para otimizar sua atuação nas quatro regiões da cidade (Norte, Sul, Leste e Oeste). Cada grupo deverá atuar em duas ou três regiões e cada região deverá receber assistentes de exatamente dois grupos. Em relação à distribuição, ficou decidido que os assistentes do:
- grupo **A** deverão atuar em apenas duas regiões;
 - grupo **B** não deverão atuar na região Norte;
 - grupo **C** não deverão atuar na região Leste.
- Dessa forma, as regiões onde os assistentes do grupo **A** deverão atuar são:
- (A) Norte e Leste.
(B) Norte e Oeste.
(C) Sul e Leste.
(D) Sul e Oeste.
(E) Oeste e Leste.
-
16. Em relação a todos os agentes de trânsito de uma cidade, 40% possuem diploma de curso superior e 15% pretendem se aposentar nos próximos dois anos. Sabe-se ainda que os agentes com diploma de curso superior que pretendem se aposentar nos próximos dois anos representam 10% do total de agentes. Dessa forma, o percentual de agentes de trânsito dessa cidade que não possuem diploma de curso superior nem pretendem se aposentar nos próximos dois anos é igual a
- (A) 35%.
(B) 40%.
(C) 45%.
(D) 50%.
(E) 55%.



17. A figura abaixo mostra parte de um bairro de uma cidade plana, em que todos os quarteirões são quadrados com lados medindo 100 metros. As linhas tracejadas representam as ruas e as flechas representam o sentido obrigatório de cada via.



Para um carro se mover do ponto **A** para o ponto **B**, ambos indicados na figura, respeitando-se todas as indicações de sentido obrigatório, ele deverá percorrer, no mínimo,

- (A) 400 metros.
(B) 600 metros.
(C) 700 metros.
(D) 800 metros.
(E) 1000 metros.
-
18. De acordo com a legislação de trânsito, se um motorista dirigir com a habilitação vencida há mais de 30 dias, então ele terá cometido uma infração gravíssima. A partir dessa informação, conclui-se que, necessariamente,
- (A) se um motorista tiver cometido uma infração gravíssima, então ele dirigiu com a habilitação vencida há mais de 30 dias.
(B) se um motorista não dirigiu com a habilitação vencida há mais de 30 dias, então ele não cometeu qualquer infração gravíssima.
(C) se um motorista não tiver cometido qualquer infração gravíssima, então ele não dirigiu com a habilitação vencida há mais de 30 dias.
(D) se uma infração de trânsito é classificada como gravíssima, então ela se refere a dirigir com a habilitação vencida há mais de 30 dias.
(E) se uma infração de trânsito não se refere a dirigir com a habilitação vencida há mais de 30 dias, então ela não pode ser classificada como gravíssima.
-
19. Em cada ciclo, um semáforo permanece verde por 70 segundos, depois amarelo por 5 segundos e, finalmente, vermelho por 35 segundos. Enquanto o semáforo está vermelho, um orientador de trânsito deve posicionar uma bandeira com a indicação "Pare" em frente à faixa de pedestres, voltada aos motoristas. Exatamente um segundo antes das 17 horas, o semáforo iniciou um novo ciclo, ficando verde. Dessa forma, o número de vezes que o orientador teve de posicionar sua bandeira em frente à faixa de pedestres no período das 17 às 17h30 foi igual a
- (A) 14.
(B) 15.
(C) 16.
(D) 17.
(E) 18.
-
20. No almoxarifado do departamento de trânsito há 10 talões de formulários, sendo 7 do tipo azul e 3 do tipo preto. Os talões estão embalados sem identificação, não sendo possível diferenciar os azuis dos pretos. Um assistente, precisando sair a campo com um talão de formulários do tipo azul, pegou n talões no almoxarifado sem identificar sua cor. Para que se possa afirmar com toda certeza que o assistente pegou pelo menos um talão azul, o valor de n deve ser igual, no mínimo, a **Via @carla_gabola**
- (A) 3.
(B) 4.
(C) 5.
(D) 6.
(E) 7.

**Noções de Informática**

21. O usuário de um computador com sistema operacional Windows 7 armazenou o arquivo Relatório Anual.docx na pasta Documentos da sua pasta de arquivos pessoais. Para facilitar o acesso a esse arquivo, o usuário decidiu criar um Atalho para esse arquivo na Área de Trabalho. Para isso ele deve, supondo o *mouse* em sua configuração padrão, selecionar o arquivo Relatório Anual.docx na pasta Documentos, arrastá-lo para a Área de Trabalho e soltá-lo, mantendo pressionados simultaneamente durante essa ação o botão esquerdo do *mouse* e a tecla
- (A) Shift.
(B) Alt.
(C) Ctrl.
(D) Tab.
(E) Esc.
22. O sistema operacional Windows 7, por padrão, está configurado para realizar a reprodução automática em todas as mídias e dispositivos, o que é um ponto vulnerável para a intrusão de vírus e *malwares*. Assim, e para melhorar a segurança do computador, pode-se desativar a reprodução automática acessando, a partir do Painel de Controle,
- (A) Ferramentas Administrativas, Configuração do Sistema e desabilitar o item Usar Reprodução Automática em todas as mídias e dispositivos.
(B) Gerenciador de Dispositivos, Controladores USB e desabilitar o item Reprodução Automática de mídia removível.
(C) Ferramentas Administrativas, Gerenciamento de Reprodução Automática e desabilitar o item Reprodução Automática de mídia removível.
(D) Programas Padrão, Alterar configurações de Reprodução Automática e desabilitar o item Usar Reprodução Automática em todas as mídias e dispositivos.
(E) Programas e Recursos, Ativar ou desativar recursos do Windows e desabilitar o item Reprodução Automática em todas as mídias e dispositivos.
23. Considere a imagem abaixo, que corresponde ao trecho de uma planilha editada em Excel 2010, em português.

	A	B	C
1	1	B	4
2	A	2	C
3	6	5	3
4			
5			

Caso as fórmulas =CONT.NÚM(A1:C3) e =SOMA(A1:C3) sejam inseridas nas células C4 e C5, nessa ordem, os valores apresentados nessas células serão, respectivamente,

- (A) 6 e 21
(B) 6 e #Valor!
(C) 9 e 24
(D) #NUM! e #Valor!
(E) 21 e #NUM!
24. Atualmente, o acesso à internet é realizado por meio de uma estrutura composta tipicamente por um provedor de acesso à internet, um Modem/roteador de acesso ao provedor, um AccessPoint/roteador sem fio Wi-Fi (802.11g) e um computador portátil.
- Com relação à comunicação Wi-Fi, é correto afirmar que
- (A) utilizar o WEP é mais seguro que a comunicação por cabo de par trançado.
(B) permite o acesso à internet, mas não à intranet.
(C) possui velocidade de transmissão maior que um cabo de par trançado Categoria 5.
(D) opera na frequência de 2,4 GHz, ou seja, micro-ondas.
(E) opera na mesma frequência dos telefones sem fio, ou seja, 900 MHz.
25. O navegador para a internet Google Chrome, em sua versão mais atual, está instalado no disco C: de um computador com sistema operacional Windows 7. Ao fazer um *download* de um arquivo utilizando o Chrome, por padrão, o arquivo será armazenado na pasta:
- (A) C:\Área de Trabalho\\Downloads.
(B) C:\Usuários\\Downloads.
(C) C:\<nome de usuário>\Área de Trabalho\Downloads.
(D) C:/home/<nome de usuário>/Downloads.
(E) C:\<nome de usuário>\Documentos\Downloads.

**Noções de Direito Constitucional**

26. Lei estadual que institua região metropolitana constituída por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, será
- (A) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, desde que se trate de lei complementar.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa dos Municípios.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados e Distrito Federal.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, desde que haja lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre a matéria.

27. A realização de reunião de pessoas, em via pública, para manifestar apoio ou repúdio à adoção de determinada política pública, é assegurada pela Constituição Federal, desde que
- (A) pacífica, sem armas e que não frustrate outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, não dependendo de autorização.
 - (B) pacífica e sem armas, mediante autorização prévia da autoridade competente.
 - (C) para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, sendo ademais vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
 - (D) haja lei municipal que autorize a realização de reuniões no local escolhido.
 - (E) pacífica, sem armas e realizada durante o dia, mediante autorização judicial.

28. Em determinado Município, foi implementado programa de melhoria de acesso da população aos serviços de transporte coletivo prestados em seu território, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas: gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos; exigência de que os veículos de transporte coletivo garantam acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação federal editada na matéria; e acesso aos alunos da rede pública de educação básica a programa suplementar de transporte, por meio de tarifa diferenciada.

À luz da Constituição Federal,

- (A) não são cabíveis quaisquer dessas medidas, uma vez que as políticas públicas em matéria de transporte coletivo de passageiros, ainda que prestado nos limites territoriais do Município, são de competência do respectivo Estado.
- (B) são cabíveis as medidas referentes à acessibilidade de veículos de transporte coletivo e ao acesso dos educandos da rede pública a programa suplementar de transporte, apenas.
- (C) são cabíveis as medidas referentes à gratuidade aos maiores de 65 anos e ao acesso dos educandos da rede pública a programa suplementar de transporte, apenas.
- (D) são cabíveis as medidas referentes à gratuidade aos maiores de 65 anos e à acessibilidade de veículos de transporte coletivo, apenas.
- (E) são cabíveis todas as medidas referidas.

29. Considere as seguintes situações hipotéticas envolvendo membros do Poder Judiciário:

- I. Juiz que, após um ano e meio de exercício da função, perde o cargo, mediante deliberação do tribunal a que está vinculado.
- II. Juiz que, por motivo de interesse público, contrariamente à sua vontade, é removido da comarca em que exerce suas funções, por decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa.
- III. Desembargador que, dois anos após o afastamento do cargo por aposentadoria, exerce advocacia no tribunal do qual se afastou.

É compatível com a Constituição Federal o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.



30. A segurança viária, nos termos da Constituição Federal,
- (A) compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, bem como a execução de atividades de polícia judiciária e apuração de infrações penais em matéria de trânsito, além de outras atribuídas em lei aos agentes de trânsito.
 - (B) compete, no âmbito dos Municípios, às guardas municipais, que poderão cumular com essas outras atividades destinadas à proteção de bens, serviços, instalações municipais e de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.
 - (C) é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, competindo, no âmbito dos Estados, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito.
 - (D) compreende atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente, de competência, no âmbito da União, das polícias rodoviária e ferroviária federal.
 - (E) compete, no âmbito da União, à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e estruturado em carreira.

Noções de Direito Administrativo

31. Após um acidente sofrido por um pedestre quando passava perto das instalações de uma obra que estava sendo realizada por uma concessionária de serviço público, foi ajuizada ação de indenização pela vítima, julgada procedente. Fixada a indenização e não paga voluntariamente pela empresa, o autor da ação, vítima, que pretende receber o montante a que faz jus,
- (A) poderá executar a sentença, cujo pagamento se dará mediante a expedição de precatório, por se tratar de concessionária de serviço público, empresa integrante da Administração indireta.
 - (B) deverá requerer a penhora de quaisquer bens da empresa, inclusive das receitas decorrentes da concessão de serviço público, não incidindo qualquer responsabilidade sobre o poder concedente.
 - (C) deverá pleitear do poder concedente a quitação do débito, mediante a expedição de precatório, considerando a inadimplência da concessionária de serviço público.
 - (D) deverá executar a sentença, que poderá demandar a penhora de bens da concessionária, não sendo possível alcançar aqueles que estiverem afetados à prestação do serviço público.
 - (E) poderá requerer a execução dos bens da concessionária de serviço público, cuja alienação forçada deverá se dar mediante licitação no caso de serem atingidos bens adquiridos durante a vigência do contrato e concessão.
-
32. Joaquim é servidor público federal e exerce suas funções no setor de recursos humanos de um Ministério, dentre as quais a confecção de certidões de tempo de serviço para fins de aposentadoria e licenças. Foi apresentada denúncia anônima imputando ao servidor a confecção de certidões com informações falsas, gerando a suspeita de que diversos servidores teriam se beneficiado indevidamente da aquisição de tempo para fins de aposentadoria. Esse cenário,
- (A) pode ensejar a condenação de Joaquim por ato de improbidade, independentemente de ter agido com dolo, elemento subjetivo dispensável para fins de tipificação da conduta na modalidade que gera enriquecimento ilícito.
 - (B) pode ensejar responsabilização por infração disciplinar, mas não configura ato de improbidade, pois os atos administrativos elaborados pelo servidor são nulos, desprovidos de efeitos jurídicos.
 - (C) enseja responsabilidade administrativa do servidor e de todos os beneficiados pelas certidões falsas, bem como configura ato de improbidade desses envolvidos, desde que se trate de servidores públicos concursados.
 - (D) acarreta a nulidade dos atos administrativos editados e, conseqüentemente, de todos os direitos adquiridos pelos beneficiados pelo conteúdo das certidões, não podendo ser processados por ato de improbidade, diante da autoria imputada ao autor dos documentos.
 - (E) pode vir a ensejar a tipificação de ato de improbidade pelo autor das certidões, bem como pelos demais servidores que se beneficiaram dos atos, sem prejuízo da possibilidade de responsabilização administrativa dos mesmos.
-
33. A Administração pública pretende instalar uma nova escola em determinado município, tendo localizado o terreno adequado para tanto, que não está à venda. O contrato a ser celebrado com a pessoa jurídica de direito privado que providenciará a construção do prédio,
- (A) também poderá incluir nas obrigações da contratada a aquisição da área indicada pelo poder público, o que poderá se implementar mediante desapropriação, conforme autorizado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - (B) deverá obrigatoriamente ser precedido de licitação, salvo no caso de pessoa jurídica sem fins lucrativos, diante da configuração de hipótese expressa de dispensa do certame.
 - (C) deverá considerar que a aquisição da área tenha sido providenciada pelo poder público contratante, já que inexistente previsão legal para que os contratos regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deleguem ao privado os poderes para efetivação de desapropriação.
 - (D) poderá delegar ao contratado a desapropriação ou compra da área, desde que esta se dê mediante licitação, o que acarretará vantagem para o poder público contratante, não sendo legalmente permitida a aquisição direta.
 - (E) pode, alternativamente, prever que a aquisição da área, por compra e venda ou desapropriação, poderá ser realizada tanto pelo contratante quanto pelo contratado.



34. O acesso aos cargos públicos efetivos depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. O servidor estável, ocupante de cargo efetivo, uma vez demitido,
- (A) poderá submeter-se a novo concurso público para ingresso no antigo cargo que ocupava, dispensado o cumprimento de estágio probatório.
 - (B) será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, caso demonstre judicialmente a nulidade da decisão que o demitiu.
 - (C) não poderá retornar ao cargo anteriormente ocupado, pois, ainda que reconduzido ou reintegrado, deverá ser investido em novo cargo, para exercer funções distintas.
 - (D) será ressarcido de todas as vantagens inerentes ao cargo que ocupava, apenas se obtiver a invalidação da demissão pela via judicial, tendo em vista que administrativamente não é possível restabelecer o vínculo funcional extinto.
 - (E) poderá ser reintegrado ao cargo, caso fique demonstrada e seja decidida, em sede de processo administrativo ou judicial, a nulidade da decisão de demissão.
-
35. Considerando que ao ente político responsável pelo ensino público incumbe disponibilizar aos alunos o uniforme completo para frequentar as aulas, a aquisição
- (A) poderá ser contratada diretamente, dispensado procedimento de licitação em razão dos bens fornecidos serem destinados à educação.
 - (B) depende de procedimento de licitação para contratação de cada item individualmente para garantir maior competição entre os potenciais interessados, vedada aquisição conjunta.
 - (C) pode ser contratada mediante procedimento de pregão, considerando que se inclui no requisito legal de bens e serviços comuns, passíveis de descrição objetiva.
 - (D) admite contratação mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não ultrapasse o montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
 - (E) exige licitação prévia, por meio de concorrência, leilão ou pregão, podendo ser contratada a aquisição conjunta dos itens, a fim de alcançar economia de escala.
-

Noções de Administração Pública

36. No que concerne aos tipos de decisões, aquelas denominadas “programadas” são passíveis de aplicação
- (A) em situações já enfrentadas anteriormente, já que fazem parte do acervo de soluções da organização para eventos que se apresentam sempre de maneira semelhante.
 - (B) apenas para solução de problemas de natureza econômica ou financeira, eis que se traduzem em fórmulas prontas ou algoritmos.
 - (C) em situações que não comportam uma tomada de decisão propriamente dita, mas sim uma automação de processos de trabalho.
 - (D) apenas pelas áreas operacionais da organização, já que dizem respeito à aplicação de padrões e protocolos já fixados previamente.
 - (E) de caráter eminentemente racional, devendo, sempre que possível, substituir as denominadas “não programadas” que são tomadas aleatoriamente.
-
37. Suponha que determinada organização pretenda fazer uso de ferramenta de gestão de projetos consagrada e, dentre aquelas disponíveis, tenha escolhido o método Program Evaluation and Review Technique – PERT. Pode-se dizer que, a partir da aplicação do referido método,
- (A) são identificados *benchmarkings* (referências bem sucedidas) para a otimização das etapas do projeto.
 - (B) adota-se um fluxograma de áreas envolvidas no projeto e os correspondentes “pacotes de trabalho”.
 - (C) o tempo do projeto pode ser calculado de uma forma probabilística, a partir da ponderação das estimativas de tempo das atividades.
 - (D) os projetos são classificados de acordo com o custo correspondente, o que se denomina caminho crítico.
 - (E) o foco principal não é o tempo de conclusão do projeto, mas sim a gestão de pessoas.
-



38. Suponha que determinado órgão da Administração pública do Estado do Maranhão, no afã de implementar uma ação estratégica definida a partir de ampla consulta pública e que, de fato, beneficiou um enorme contingente de cidadãos, tenha extrapolado significativamente os custos adequados à sua consecução. Verificou-se que a ação foi concluída no cronograma previsto, porém, em razão de falhas de gestão, demandou gastos adicionais com pagamento de horas-extras e aditamentos contratuais. Não obstante, ao final, atendeu aos anseios da população, beneficiando um significativo contingente de cidadãos. Diante desse cenário, pode-se concluir que a atuação do referido órgão público mostrou-se
- (A) ineficaz, ineficiente e não efetiva, pois estes parâmetros somente podem ser aferidos conjuntamente, a partir do binômio resultado/custo.
 - (B) eficaz e eficiente, na medida em que atendeu à finalidade pública almejada, sendo despicienda a avaliação de custo.
 - (C) eficiente, porém não efetiva, sendo esta última uma medida exclusivamente de adequação custo-benefício da ação.
 - (D) efetiva e eficiente, dado que chegou ao seu termo final no tempo estimado, porém não eficaz em razão da majoração de custos.
 - (E) dotada de efetividade, porém carecendo de eficiência, eis que não apresentou a melhor aplicação aos insumos aplicados.
-
39. Uma das teorias precursoras na busca da identificação dos fatores capazes de induzir a motivação foi a desenvolvida por Abraham Maslow, denominada Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, a qual
- (A) estratifica, em forma de pirâmide, as necessidades dos indivíduos, colocando em sua base, como as mais relevantes, aquelas ligadas à subsistência.
 - (B) divide os fatores motivacionais em duas categorias: objetivos, correspondentes a aspectos tangíveis, como remuneração, e subjetivos, ligados a aspectos psicológicos.
 - (C) divide os indivíduos em duas categorias: Tipo Y, para o qual o dispêndio de esforço para o trabalho é natural, e Tipo X, que precisa ser induzido para o trabalho.
 - (D) considera que existem fatores extrínsecos, que devem ser removidos, e outros, ditos intrínsecos, associados a sentimentos positivos em relação ao trabalho.
 - (E) considera que a motivação se dá pelo binômio medo/êxito, a partir dos fatores: realização, afiliação e poder, nessa ordem hierárquica.
-
40. Entre os fundamentos de excelência considerados pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ se insere:
- (A) planejamento estratégico: com o estabelecimento de metas e indicadores para orientarem a atuação da organização.
 - (B) *downsizing*: enxugamento, com redução de posições e redundâncias, visando a evitar o retrabalho e aumentar a produtividade.
 - (C) reengenharia: que corresponde ao conceito de “folha em branco”, a partir do qual novos paradigmas podem ser estabelecidos.
 - (D) adaptabilidade: flexibilidade e capacidade de mudança em tempo hábil, frente a novas demandas das partes interessadas e alterações no contexto.
 - (E) *accountability*: dever de responder por uma responsabilidade outorgada, prestando contas à sociedade.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação de Trânsito

Atenção: As questões de número 41 a 60 estão alicerçadas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB vigente, consideradas as alterações posteriores e principais Resoluções.

41. O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional é regido pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Nesse sentido, considere:
- I. Ruas e avenidas sem pavimentação.
 - II. Caminhos e passagens.
 - III. Estradas e rodovias com sinalização horizontal.
 - IV. Praias abertas à circulação pública.
 - V. Vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.
 - VI. Vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

São classificadas como vias terrestres as que constam em

- (A) I, II e VI, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) V e VI, apenas.
- (E) I, II, III, IV, V e VI.



42. Considere:

- I. Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- II. Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.
- III. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.
- IV. Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.
- V. Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
- VI. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
- VII. Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

São órgãos normativos e consultivos pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito os que constam APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) VI e VII.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) III, VI e VII.
- (E) I e IV.

43. Considere:

- I. Automotor.
- II. Elétrico.
- III. De propulsão humana.
- IV. Particular.
- V. De aprendizagem.
- VI. De competição.

São classificados quanto à categoria, os veículos que constam APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) IV e V.
- (D) IV e VI.
- (E) III, V e VI.

44. Considere:

- I. Tara.
- II. Peso Bruto Total – PBT.
- III. Peso Bruto Total Combinado – PBTC.
- IV. Capacidade Máxima de Tração – CMT.
- V. Lotação.

Os veículos novos e acabados de transporte de carga e os coletivos de passageiros com peso bruto total acima de 3500 quilogramas deverão conter, em local facilmente visível, as inscrições que constam em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) I e II, apenas.

45. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor portador de Permissão para Dirigir ao término de

- (A) doze meses, desde que ele não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.
- (B) vinte e quatro meses, desde que ele não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.
- (C) dezoito meses, desde que ele não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.
- (D) dezoito meses, desde que ele não tenha cometido nenhuma infração de natureza gravíssima, grave ou média.
- (E) seis meses, desde que ele não tenha cometido nenhuma infração de natureza média ou seja reincidente em infração média por uma única vez.



46. Para o condutor de veículo habilitar-se nas categorias indicadas no quadro abaixo, entre os requisitos previstos no CTB, ele deve satisfazer os constantes em:

	Categoria C	Categoria D
A	Ser habilitado, no mínimo, há um ano na categoria "B". Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.	Ter idade superior a vinte e um anos. Ser habilitado, no mínimo, há três anos na categoria "B" ou, no mínimo, há dois anos na categoria "C". Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos seis meses.
B	Ser habilitado, no mínimo, há um ano na categoria "B". Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.	Ter idade superior a vinte e um anos. Ser habilitado, no mínimo, há dois anos na categoria "B" ou, no mínimo, há um ano na categoria "C". Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.
C	Ter idade superior a vinte e um anos. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.	Ter idade superior a vinte e um anos. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos dezoito meses.
D	Ter idade superior a vinte e um anos. Ser habilitado, no mínimo, há um ano na categoria "B". Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações graves durante os últimos dezoito meses.	Ter idade superior a vinte anos. Ser habilitado, no mínimo, há um ano na categoria "B" ou, no mínimo, há um ano na categoria "C". Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.
E	Ter idade superior a dezoito anos. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações graves durante os últimos dezoito meses.	Ter idade superior a dezoito anos. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos dezoito meses.

47. A correspondência entre conceito e definição está corretamente estabelecida, no quadro abaixo, em:

	Veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até vinte passageiros	Veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em posição sentada	Veículo de um ou mais eixos que se apoia na sua unidade tratora ou é a ela ligado por meio de articulação	Via rural pavimentada
A	micro-ônibus	motoneta	semirreboque	estrada
B	ônibus	motoneta	reboque	rodovia
C	micro-ônibus	motocicleta	reboque	rodovia
D	micro-ônibus	motoneta	semirreboque	rodovia
E	ônibus	motocicleta	semirreboque	estrada

48. Considere as definições:

- I. Peso próprio do veículo, acrescido dos pesos da carroçaria e equipamento, do combustível, das ferramentas e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluido de arrefecimento, expresso em quilogramas.
- II. Veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas.
- III. Parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.
- IV. Peso máximo que o veículo transmite ao pavimento, constituído da soma da tara mais a lotação.

Considere os conceitos:

- a. Tara.
- b. Peso bruto total.
- c. Peso bruto total combinado.
- d. Lotação.
- e. Caminhonete.
- f. Camioneta.
- g. Ciclovia.
- h. Ciclofaixa.

Definições e conceitos estão corretamente relacionados em

- (A) Ib; IIe; IIIh; IVc.
- (B) Ia; IIe; IIIh; IVb.
- (C) Ib; IIe; IIIg; IVb.
- (D) Id; IIe; IIIh; IVb.
- (E) Ia; IIe; IIIg; IVc.



49. Os veículos para competição que tiverem alteradas quaisquer de suas características poderão circular nas vias públicas
- (A) com licença especial da autoridade de trânsito, em itinerário e horário fixados.
 - (B) com licença especial do agente da autoridade de trânsito, em itinerários e dias fixados.
 - (C) com licença especial do agente da autoridade de trânsito, com batedores e em horários livres.
 - (D) sem licença especial da autoridade de trânsito, em itinerários e horários livres, desde que coloquem um sinalizador vermelho do lado direito do veículo.
 - (E) sem qualquer tipo de licença especial, bastando observar as normas gerais de circulação, conduta e sinalização existentes nas respectivas vias.
-
50. A via terrestre caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada ao acesso de áreas restritas, e a via terrestre caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, são denominadas, respectivamente, via
- (A) arterial e via de trânsito rápido.
 - (B) local e via arterial.
 - (C) local e via de trânsito rápido.
 - (D) local e via coletora.
 - (E) coletora e via de trânsito rápido.
-
51. Vespasiano conduziu seu veículo até a casa de Marco Aurélio a fim de buscá-lo para assistirem a um *show* de música sertaneja no Rodeio *Music Hall*. Chegou à residência do amigo por volta das 22h15m e buzinou insistentemente para alertá-lo de sua presença. Em seguida, foi buscar a amiga Cíntia, que também ia ao mesmo *show*, e parou seu veículo sobre a faixa destinada ao uso de pedestres, em frente ao condomínio onde ela mora. A conduta de Vespasiano, no primeiro caso,
- (A) não configura infração de trânsito e, no segundo caso, por ser pouco tempo de espera e o condutor permanecer no veículo, também não configura infração de trânsito.
 - (B) configura infração de trânsito leve sujeita à penalidade de multa e, no segundo caso, configura infração de trânsito leve também sujeita à penalidade de multa.
 - (C) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa e, no segundo caso, por ser uma parada rápida, não estará sujeita a qualquer penalidade.
 - (D) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa e, no segundo caso, configura infração de trânsito grave sujeita à penalidade de multa.
 - (E) configura infração de trânsito leve sujeita à penalidade de multa e, no segundo caso, configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa.
-
52. A Assistente de Trânsito Ivete, conduzindo veículo oficial, depara-se com um veículo acidentado, por provável capotamento, próximo ao bordo direito da pista da Rua do Bosque, a qual não apresentava sinalização de regulamentação de estacionamento ou parada. Ivete, imediatamente, estaciona a viatura atrás do referido veículo e desce para efetuar o atendimento de emergência, porém não liga o sistema de iluminação vermelha intermitente do veículo de fiscalização de trânsito. A conduta de Ivete
- (A) não configura infração de trânsito, por ser veículo público em serviço de urgência.
 - (B) configura infração de trânsito leve sujeita à penalidade de multa.
 - (C) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa.
 - (D) configura infração de trânsito grave sujeita à penalidade de multa.
 - (E) configura infração de trânsito gravíssima sujeita à penalidade de multa e suspensão da carteira de habilitação por 6 meses por se tratar de veículo oficial.
-
53. O Assistente de Trânsito Pablo, durante uma abordagem a um veículo, constata que, dos quatro ocupantes, dois não estavam utilizando os cintos de segurança que se encontravam operantes. A infração de trânsito, a penalidade e a medida administrativa aplicáveis são:

	Infração de Trânsito	Penalidade	Medida Administrativa
A	leve	advertência	Retenção do veículo até a colocação do cinto pelo infrator.
B	média	multa	Retenção do veículo até a colocação do cinto pelo infrator.
C	média	advertência	Recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual.
D	grave	multa	Retenção do veículo até a colocação do cinto pelo infrator.
E	grave	multa	Recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual.



54. Durante as festividades de Carnaval, a Assistente de Trânsito Anita conduzia um veículo oficial na Av. Beija-flor, quando visualizou que o motorista do veículo a sua frente arremessou pela janela uma sacola cheia de papéis picados. Anita sinalizou, solicitando a parada do veículo. O condutor prontamente atendeu a ordem emanada e estacionou o veículo, mas recusou-se a entregar os documentos de habilitação e licenciamento solicitados por Anita. A primeira conduta praticada por este condutor, na esfera administrativa,
- (A) não configura infração de trânsito, é passível apenas de advertência. No segundo caso, configura infração de trânsito gravíssima, sujeita à penalidade de multa e apreensão do veículo.
 - (B) configura infração de trânsito leve sujeita à advertência e penalidade de multa. No segundo caso, configura infração de trânsito gravíssima, sujeita à penalidade de multa e apreensão do veículo.
 - (C) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa. No segundo caso, configura infração de trânsito gravíssima, sujeita à penalidade de multa e apreensão do veículo.
 - (D) configura infração de trânsito grave sujeita à penalidade de multa. No segundo caso, configura infração de trânsito grave, sujeita à penalidade de multa e apreensão do veículo.
 - (E) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa. No segundo caso, configura infração de trânsito média, sujeita à penalidade de multa e apreensão do veículo.

55. Considere:

- I. Espaçonildo da Silva estacionou seu veículo na esquina a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal e o deixou afastado da guia da calçada (meio-fio) em torno de cinquenta e cinco centímetros. As infrações de trânsito cometidas por Espaçonildo são, respectivamente, de gravidade média e de gravidade leve.
- II. João Arcanjo estacionou seu veículo de frente, em ângulo de 45° com o meio-fio, em local regulamentado. Ao retornar à pista de rolagem, aproveitou a posição do veículo e, certificando-se de que o trânsito estava livre, transitou de marcha à ré por aproximadamente 100 metros. Tal conduta não configura infração de trânsito e não sujeita o condutor a qualquer penalidade.
- III. Primeiroeu dos Santos transitava em velocidade compatível pela rodovia MA-X, fora do perímetro urbano. O motorista do veículo imediatamente atrás do seu, mediante um suave toque de buzina, solicitou-lhe passagem. Primeiroeu acelerou seu veículo e não permitiu a ultrapassagem do veículo pela esquerda. Tal conduta não configura infração de trânsito nem sujeita o condutor a qualquer penalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) I e III.

56. O Assistente de Trânsito Jimmy, durante uma operação de trânsito, depara-se com as seguintes situações:

- I. Um motorista transportando tubulações de plástico fixadas nas partes externas do seu automóvel sem qualquer tipo de autorização.
- II. Um motorista usando no veículo equipamento com som em volume que não seja autorizado pelo CONTRAN.
- III. Um condutor transitando com seu veículo com dispositivo antirradar.
- IV. Um condutor transitando com seu veículo sem qualquer uma das placas de identificação.

Considera-se infração gravíssima sujeita à penalidade de multa com medida administrativa de remoção do veículo o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.



57. No tocante ao uso de luzes em veículos, o condutor
- (A) está dispensado de manter acesos, durante o dia, os faróis do veículo, utilizando luz baixa, nos túneis providos de iluminação pública.
 - (B) deve usar sempre luz alta nas vias não iluminadas.
 - (C) deve manter apagadas as luzes de posição do veículo quando sob neblina ou cerração.
 - (D) deve manter acesas, à noite, as luzes de posição quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros.
 - (E) está dispensado de utilizar, em veículos de transporte coletivo regular de passageiros, farol de luz baixa durante o dia, quando circular em faixas próprias a ele destinadas.
-
58. O Assistente de Trânsito Modesto conduzia um veículo oficial pela Av. Itaqui (sentido Centro-Bairro), a qual apresenta pista dupla, separada por ilhas de canalização e refúgio para pedestres. Em um dado momento, resolve realizar operação de retorno passando por cima do refúgio de pedestres a fim de estacionar o veículo em uma vaga que visualizou na pista de sentido oposto (sentido Bairro-Centro). A realização dessa manobra
- (A) não configura infração de trânsito.
 - (B) configura infração de trânsito leve sujeita à penalidade de multa.
 - (C) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa.
 - (D) configura infração de trânsito grave sujeita à penalidade de multa.
 - (E) configura infração de trânsito gravíssima sujeita à penalidade de multa.
-

Atenção: Para responder às questões de números 59 e 60, considere a seguinte situação:

O Assistente de Trânsito Magaiver foi acionado pela Central Operacional para o atendimento de uma ocorrência envolvendo a colisão de quatro veículos. Segundo relatos preliminares, havia vítimas presas nas ferragens dos veículos e vazamento de óleo e combustível com risco de incêndio e explosão. De imediato, acionou os sistemas sonoros e luminosos da viatura e prosseguiu para o local do acidente. Durante o itinerário, e em função do acidente, o trânsito estava demasiadamente congestionado, porém os demais condutores abriam o caminho para a viatura em situação de emergência. Contudo, ao olhar pelo retrovisor interno, Magaiver percebeu que diversos veículos o seguiam, aproveitando-se da abertura de caminho realizada pela viatura para evitar o congestionamento.

59. A conduta praticada pelos condutores que se aproveitavam da abertura de caminho
- (A) não configura infração de trânsito.
 - (B) configura infração de trânsito grave sujeita à penalidade de multa.
 - (C) configura infração de trânsito média sujeita à penalidade de multa.
 - (D) configura infração de trânsito leve sujeita à penalidade de multa.
 - (E) configura infração de trânsito gravíssima sujeita à penalidade de multa.
-
60. No caso, como há vítimas presas nas ferragens dos veículos e vazamento de óleo e combustível com risco de incêndio e explosão, ao chegar ao local da ocorrência, a primeira providência a ser tomada por Magaiver a fim de evitar o agravamento da situação é
- (A) acionar os serviços de emergência.
 - (B) retirar rapidamente as vítimas presas às ferragens.
 - (C) tentar localizar os familiares das vítimas.
 - (D) comunicar a ocorrência ao DENATRAN.
 - (E) sinalizar rapidamente o local.
-

Legislação Institucional

61. De acordo com a Constituição do Estado do Maranhão, o servidor público estável, nomeado em virtude de concurso público, só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. Quando por sentença judicial for invalidada a demissão de servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga
- (A) exonerado, sem direito a indenização.
 - (B) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
 - (C) aproveitado em outro cargo, com direito à indenização obrigatória correspondente à média dos doze últimos salários do servidor.
 - (D) deverá ser posto em disponibilidade, com direito à indenização obrigatória correspondente à média dos seis últimos salários do servidor.
 - (E) deverá ser exonerado, com direito à indenização referente a eventuais perdas e danos devidamente comprovados.
-



62. Considere:

- I. Proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa.
- II. Proposta do Governador do Estado.
- III. Proposta de um terço das Câmaras Municipais do Estado, com a manifestação de cada uma delas por maioria absoluta de seus membros.
- IV. Proposta da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, aprovada por no mínimo dois terços de seus membros.

A Constituição do Estado do Maranhão poderá ser emendada, entre outras hipóteses, pela proposta que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.

63. De acordo com a Constituição do Estado do Maranhão,

- (A) o itinerário não é condição mínima para a execução dos serviços estabelecidos pelo Poder Público.
- (B) os sistemas viários e meios de transporte não se subordinarão à defesa do patrimônio arquitetônico e paisagístico.
- (C) o transporte coletivo de passageiros é um serviço público essencial incluído entre as atribuições do Poder Público, responsável por seu planejamento e execução, diretamente, sendo vedada a concessão.
- (D) o tipo de veículo não é condição mínima para a execução dos serviços estabelecidos pelo Poder Público.
- (E) compete aos Municípios o planejamento e a administração do trânsito, na forma da lei federal.

64. De acordo com a Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, a posse

- (A) em cargo público dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial do Estado, podendo, entretanto, ocorrer o empossamento independentemente dos resultados dos exames físico e mental, que deverá ocorrer no prazo máximo de vinte dias.
- (B) é vedada mediante procuração, uma vez que se trata de ato personalíssimo.
- (C) em cargo público ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado.
- (D) dar-se-á pela assinatura do respectivo termo e, no seu ato, o servidor apresentará declaração de bens atualizada de valores que constituem seu patrimônio, exceto quando ocupante de cargo em comissão.
- (E) em cargo público dependerá da apresentação, pelo servidor, da declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública federal, estadual ou municipal, exceto em autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista.

65. Considere as seguintes hipóteses de afastamento de servidor público, previstas na Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado:

- I. por até 8 dias, por motivo de casamento.
- II. para doação de sangue, por 1 dia.
- III. por motivo de alistamento eleitoral, até 2 dias.
- IV. quando se tratar de afastamento para o trato de interesses particulares.

Segundo o mencionado Estatuto, o afastamento ocorrerá sem prejuízo da remuneração do servidor, nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.



66. Segundo a Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Estado, a demissão ou a destituição do cargo em comissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público estadual pelo prazo de 5 anos, quando a demissão ocorrer em razão de o servidor
- (A) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) praticar crime contra a Administração pública.
 - (C) praticar ato de improbidade administrativa.
 - (D) praticar corrupção.
 - (E) acumular ilegalmente cargos, empregos ou funções públicas.
-
67. Para os efeitos da Lei Estadual nº 9.664 de 17 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Poder Executivo Estadual – PGCE, Classe é o conjunto de
- (A) carreiras agrupadas segundo a correlação e afinidades entre as atividades de cada carreira, natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições.
 - (B) cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão da Administração direta e indireta.
 - (C) atribuições cometidas a um servidor, com as características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo, pagamento pelos cofres públicos e provimento em caráter efetivo ou em comissão.
 - (D) responsabilidades cometidas a um servidor, com as características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo, pagamento pelos cofres públicos e provimento em caráter efetivo ou em comissão.
 - (E) referências dos cargos públicos hierarquizados, que representam as perspectivas de desenvolvimento funcional.
-
68. Considere:
- I. Suspensão disciplinar.
 - II. Licença sem vencimento.
 - III. Tiver mais de quatro faltas injustificadas.
 - IV. Tiver mais de duas faltas injustificadas.
- De acordo com a Lei nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Poder Executivo Estadual – PGCE, perderá o direito à Progressão por Qualificação Profissional, à Progressão por Tempo de Exercício no Cargo e à Promoção, dentre outras situações, o servidor que, no período aquisitivo, enquadrar-se nas hipóteses indicadas APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) I, III e IV.
-
69. De acordo com a Lei nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Poder Executivo Estadual – PGCE, o Subgrupo Gestão de Trânsito integra o Grupo
- (A) Educação.
 - (B) Administração geral.
 - (C) Segurança.
 - (D) Estratégico.
 - (E) Consultoria.
-
70. De acordo com o Decreto nº 20.242, de 26 de janeiro de 2004, que aprova o Regimento do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-MA, a competência para efetuar o cancelamento de multas consideradas improcedentes, desde que autorizado pela Diretoria, é da Divisão de Controle
- (A) Contábil-Financeiro.
 - (B) da Arrecadação.
 - (C) de Execução Orçamentária.
 - (D) de Operações.
 - (E) de Registro de Veículos.